

Apenas em caso de devolução desta correspondência
remeter para:
Apartado 8291
EC CABO RUIVO
1803-001 LISBOA

Injunção .º 69804/15.6YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Contactos directos:

Rua de Camões, 155
4049-074 Porto

Telef.: 220949310 a 19

Fax: 220949505

NIF: 600083551

Registo CTT: RN724151052PT

Exmo. Senhor

Nupercauto-Soc.Rep.E Com.Autom.,Lda

Estrada Nacional 11, N.ºs 6 e 8

Alhos Vedros - Moita

2860-024 ALHOS VEDROS

Registado com A.R.

NOTIFICAÇÃO

Injunção nº: 69804/15.6YIPRT	Refª: 100 188 563 807	Data: 25-05-2015
Requerente(s): Correia & Correia, Lda Morada: Zona Industrial da Sertã, Lote 45, 6100-711 SERTÃ		
Mandatário(s): Gabriel Sobral Dias (Tel: 222432909) Morada: Rua Gonçalo Cristóvão 13 - 6º Esq, 4000-267 PORTO		
Requerido(s): Nupercauto-Soc.Rep.E Com.Autom.,Lda		

Assunto: Notificação para pagamento ou oposição.

O requerente acima identificado apresentou no Balcão Nacional de Injunções um requerimento de injunção, onde Vª. Ex.ª figura como requerido (devedor), solicitando que lhe seja pago o montante de €950.18, correspondente à quantia pedida, acrescida da taxa de justiça por ele paga, conforme discriminação e causa a seguir indicadas:

Capital: 773.22 Juros de mora: 25.96 à taxa de: 0.00% desde

até à presente data; Outras quantias: 100.00 Taxa de Justiça paga: 51.00

Contrato de: Fornecimento de bens ou serviços

Data do contrato: 27-01-2014 Período a que se refere: 27-01-2014 a 07-02-2015

Exposição dos factos que fundamentam a pretensão:

No âmbito da sua actividade comercial (gestão de resíduos e aluguer de equipamentos), a Requerente emitiu a factura - abaixo discriminada - à Requerida que não foi liquidada na respectiva data de vencimento, nem posteriormente, facto que fundamenta o crédito que ora se reclama.

Fatura n.º 002/107776, emitida em 27/01/2014, vencida em 28/03/2014, do montante de €233, 70

Fatura n.º 002/107778, emitida em 27/01/2014, vencida em 28/03/2014, do montante de €122, 39

Fatura n.º 002/112771, emitida em 16/06/2014, vencida em 15/08/2014, do montante de €122, 39

Fatura n.º 002/113436, emitida em 04/07/2014, vencida em 02/09/2014, do montante de €55, 65

Fatura n.º 002/113923, emitida em 24/07/2014, vencida em 22/09/2014, do montante de €61, 48

Fatura n.º 002/118630, emitida em 09/12/2014, vencida em 07/02/2015, do montante de €233, 70

Fatura n.º 002/118631, emitida em 09/12/2014, vencida em 07/02/2015, do montante de €122, 39

Não obstante as sucessivas interpelações para o pagamento da referidas factura, deduzido o pagamento efectuado por

transferência bancária em 12/11/2014, do montante de € 178, 48, constata-se que a mesma continua devedora à Requerente da quantia global de 773, 22 € a título de capital em dívida, sem prejuízo dos juros de mora devidos desde o vencimento daquelas que, na presente data, representam a quantia de 25, 96 €.

A quantia de 100, 00 € indicada em 'Outras Quantias', acrescida ao capital acumulado, refere-se à indemnização prevista no n.º 3 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro

Fica, pois, por este meio notificado de que tem o prazo de 15 dias* para:

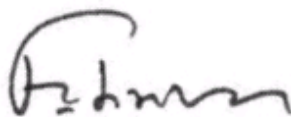
- a) Pagar** ao requerente o montante por este solicitado; ou
- b) Deduzir oposição a essa pretensão, caso em que o Balcão Nacional de Injunções remeterá os autos à distribuição no tribunal competente.

Faz-se notar, no entanto, que a dedução de oposição cuja falta de fundamento não deva ser ignorada por si determina a condenação - na sentença que vier a ser proferida na acção declarativa que se lhe seguir - em multa de valor igual ao dobro da taxa de justiça devida nessa acção.

Findo o referido prazo de 15 dias sem que tenha efectuado o pagamento do montante acima indicado ou deduzido oposição:

- a) Será aposta fórmula executória no requerimento de injunção, tendo o requerente a faculdade de intentar contra si acção executiva; e
- b) Passa ainda a dever juros de mora à taxa legal desde a data da apresentação do requerimento de injunção e juros à taxa de 5% ao ano a contar da data da oposição da fórmula executória.

O Escrivão de Direito



(Fátima Mendes)

* - O prazo acima indicado corre continuamente a partir da data da assinatura do aviso de recepção, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais, que decorrem de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro, do domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de Julho a 31 de Agosto. Se o prazo terminar em dia em que os tribunais estiverem encerrados, o seu termo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte. ** - QUERENDO EFECTUAR O PAGAMENTO, DEVERÁ FAZÊ-LO AO REQUERENTE.